

4. PEDIDOS DE ISENÇÃO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO E OUTRAS:

Da Divisão Financeira submetendo à consideração do Executivo os seguintes pedidos de isenção de ocupação de espaço público, enquadradas nos Artigos H-1/16º a H-1/20º do Código Regulamentar do Município de Braga, em que o Diretor do DPCG se pronunciou favoravelmente:

- Ana Ascensão Casanova Morais no valor de **2.226,41€;**
- Simeão Oliveira da Silva no valor de **2.221,41€;**
- Imochester, S.A. no valor de **414,95€;**
- Domingos Machado Dias de Araújo no valor de **1.209,28€;**
- Condomínio do Prédio da Rua Damião de Góis, nº 188 no valor de **792,99€;**
- Maria Manuela Junqueira Pimenta Fernandes no valor de **245,90€;**
- Associação Social e Cultural de Sobreposta no valor de **354,40€;**
- União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe no valor **330,84€.**

Nº Informação: 33446

Data: 30/10/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 14544/2002 - Ana Ascensão Casanova Moraes, com o número de identificação fiscal 184 326 320 – taxas de Licença e de Ocupação do Espaço Público (andaime/tapumes) para realização de obras de reconstrução e ampliação dos edifícios existentes na Rua de S. Vicente n.ºs 124, 126 e 128 e Rua de S. Barnabé, n.º 31, Freguesia de S. Vicente, Braga, no valor de 2.226,41€ (dois mil duzentos e vinte e seis euros e quarenta e um cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Licença para a realização de obras de edificação ou alterações

- i) Prazo da licença (18 meses): 269,10€
- ii) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- iii) Reconstrução e ampliação da construção (765,50 m²): 880,33€
- iv) Área total das varandas (26,30 m²): 30,25€
- v) Terraços (138,00 m²): 158,70€

b) Taxas de Ocupação de Espaço Público (OEP)

- i) Prazo da licença (4 meses): 59,80€
- ii) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- iii) Tapume: 246,96€
- iv) Tapume: 244,02€
- v) OEP: 70,56€
- vi) OEP: 69,39€

TOTAL = 2.226,41€

Consultada a conta corrente da requerente, verifica-se que a Taxa Municipal de Urbanização (TMU), após emissão da Fatura n.º 009/8793, de 18/04/2019, foi cobrada, na mesma data, pela Guia n.º 03/4102, no valor total de 2.932,52€, não existindo qualquer valor em dívida, conforme documento anexo.

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 12066, de 17 de abril de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;

- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

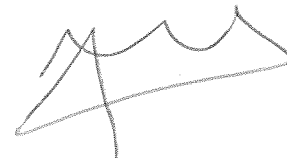
Joana Barroso

A Consideração
Superior
Respeitada.

Visto. À consideração do Sr. Presidente
para, em seguida, submeter à
decisão do Órgão Executivo.

2019/11/28



A ... do Executivo
19/11/28


Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 34681

Data: 11/11/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 14407/2017 – Simeão Oliveira da Silva, com o número de identificação fiscal 198 373 813 – taxas de Licença e de Ocupação do Espaço Público para realização de obras de reconstrução e ampliação do edifício existente na Rua Alferes Alfredo Ferreira, n.ºs 75 e 77, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de 2.221,41€ (dois mil duzentos e vinte e um euros e quarenta e um cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Licença para a realização de obras de edificação ou alterações

- i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- ii) Prazo da licença (24 meses): 358,80€
- iii) Áreas brutas totais da reconstrução e ampliação a liquidar (278,70 m²): 320,51€
- iv) Áreas de terraço e varandas (19,60 m²): 22,54€
- v) Elevador (1 unidade): 61,70€

b) Taxas de Ocupação de Espaço Público (OEP)

- i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- ii) Prazo da licença (7 meses): 104,65€
- iii) Tapume (12,20 m): 836,92€
- iv) OEP (18,60 m²): 318,99€

TOTAL = 2.221,41€

Consultada a conta corrente do requerente, verifica-se que a Taxa Municipal de Urbanização (TMU), após emissão da Fatura n.º 009/26157, de 11/10/2019, foi cobrada, na mesma data, pela Guia n.º 03/10991, no valor total de 1.286,76€, não existindo qualquer valor em dívida, conforme documento anexo.

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DPCH através da Informação n.º 30558, de 08 de outubro de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;



iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

A Consideração Superior.
P. Almeida,

Visto. À consideração do Sr. Presidente
do Câmara Municipal, em resposta,
submetida a decisão do Órgão
Executivo.

2019/11/26

A ... do Executivo

1911-27

Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 34785

Data: 12/11/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 1293/2019 – Imochester, S.A., com o número de identificação fiscal 509 523 811 – taxas de Ocupação do Espaço Público com andaime para realização de obras de conservação do imóvel sito no Gaveto da Praça da República com o Largo de S. Francisco, n.ºs 25, 26, 27 e 41, União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), no valor de 414,95€ (quatrocentos e catorze euros e noventa e cinco cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Ocupação de Espaço Público (OEP)

- i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,95€
- iii) Tapume (25,00 m): 245,00€
- iv) OEP (23,00 m²): 56,35€

TOTAL = 414,95€

Consultada a conta corrente do requerente, verifica-se que não existe qualquer valor em dívida, conforme documento anexo.

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DPCH através da Informação n.º 30205, de 04 de outubro de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

Roulland

70



O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

A consideração superior.
Devidamente.

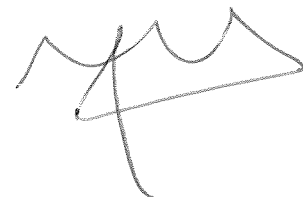
Visto. À consideração superior da
Câmara para, cumulado, se julgar
a decisão do Órgão Executivo.

2019/4/26



A ... do Executivo

19/11/27



Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 34934

Data: 13/11/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 1161/2018 – Domingos Machado Dias de Araújo, com o número de identificação fiscal 158 678 737 – taxas de Licença e de Ocupação do Espaço Público para realização de obras de alteração, reconstrução e ampliação do imóvel sito no Largo do Beco, n.ºs 11, 13, 15 e 17, União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), no valor de 1.209,28€ (mil duzentos e nove euros e vinte e oito cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Licença para a realização de obras de edificação ou alterações

- i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- ii) Prazo da licença (12 meses): 179,40€
- iii) Áreas brutas totais da reconstrução e ampliação a liquidar (557,00 m²): 640,55€
- iv) Áreas de varandas (34,25 m²): 39,39€

b) Taxas de Ocupação de Espaço Público (OEP)

- i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,95€
- iii) Tapume (11,80 m): 115,64€
- iv) OEP (9,00 m²): 22,05€

TOTAL = 1.209,28€

Consultada a conta corrente do requerente, verifica-se que a Taxa Municipal de Urbanização (TMU), após emissão da Fatura n.º 009/26135, de 11/10/2019, foi cobrada, na mesma data, pela Guia n.º 03/10983, no valor total de 1.288,10€, não existindo qualquer valor em dívida, conforme documento anexo.

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 31903, de 17 de outubro de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número,

isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. SMO, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

A Conselho Superior.
Requerido.

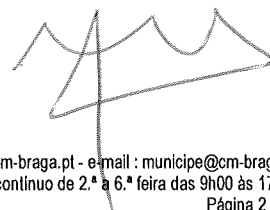
Visto. À consideração do h. Presidente da Câmara para, emendando, remeter à decisão do Órgão Executivo.

2019/11/26

Joana

À S.ª do Ex.º Mo

1911-27



Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 35018

Data: 13/11/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 1370/2019 – Condomínio do Prédio da Rua Damião de Góis, n.º 188, com o número de identificação fiscal 900 673 192 – taxas de Ocupação do Espaço Público com andaime e contentor para realização de obras de conservação e beneficiação do imóvel sito na rua supracitada, União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade), no valor de 792,99€ (setecentos e noventa e dois euros e noventa e nove cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Ocupação de Espaço Público (OEP)

- i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- ii) Prazo da licença (2 meses): 29,90€
- iii) Tapume (18,80 m): 552,72€
- iv) OEP (16,80 m²): 82,32€
- v) OEP com contentor (6,00 m²): 29,40€

TOTAL = 792,99€

Consultada a conta corrente do requerente, verifica-se que não existe qualquer valor em dívida, conforme documento anexo.

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DPCH através da Informação n.º 25389, de 21 de agosto de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor

Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

A consideração superior.
Duhaude.

Visto . À consideração do h. Presidente do
Câmara para, emendando, submeter
à decisão do Órgão Executivo.

2019/11/26

duhaude

A ... do Executivo

19/11/27

[Signature]

Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 35211

Data: 14/11/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 875/2019 – Maria Manuela Junqueira Pimenta Fernandes, com o número de identificação fiscal 104 668 377 – taxas de Ocupação do Espaço Público com andaime para proceder à realização de obras de beneficiação e conservação do imóvel sito no Gaveto da Praça do Município n.ºs 51 a 57, com a Rua Frei Caetano Brandão, n.ºs 29 a 31, União de Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cidade), no valor de 245,90€ (duzentos e quarenta e cinco euros e noventa cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

a) Taxas de Ocupação de Espaço Público (OEP)

- i) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- ii) Prazo da licença (1 mês): 14,95€
- iii) Tapume (14,00 m): 102,90€
- iv) OEP (12,00 m²): 29,40€

TOTAL = 245,90€

Consultada a conta corrente do requerente, verifica-se que não existe qualquer valor em dívida, conforme documento anexo.

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DPCH através da Informação n.º 15450, de 22 de maio de 2019.

O artigo H-1/17º refere:

- i) Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- ii) Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii) Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis do Senhor Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

Raúl

JB

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

A Consideração Superior.
Dan'oude.

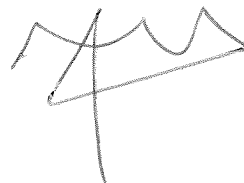
Visto. À ordem do h. Presidente da
Comissão para, emendando, submeter
à decisão do Órgão Executivo.

2019/11/26



A ... do Executivo

19.11.24



Utilizador: Joana Barroso

Nº Informação: 37037

Data: 02/12/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 461/2012 – Associação Social e Cultural de Sobreposta, com o número de identificação fiscal 507 176 529 - taxas de licença no valor de 354,40€ para o licenciamento de alterações e ampliação do "Centro de Convívio e Bem-Estar Social", sito na Avenida de Ranhó, Freguesia de Pedralva, Braga.

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- a) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- b) Prazo da licença (6 meses): 89,70€
- c) Áreas brutas de construção a liquidar: 75,20€+9,06€ = 84,26€
- d) Alterações introduzidas no decorrer da obra (agravamento de 30%): 81,79€

TOTAL = 354,40€

Consultada a conta corrente do requerente, verifica-se que não existe qualquer valor em dívida, conforme documento anexo. No entanto, verifica-se que a **Taxa Municipal de Urbanização (TMU), no valor de 377,15€, não foi faturada nem paga.**

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 28633, datada de 23 de setembro de 2019.

O artigo H-1/16º refere:

1. Podem beneficiar de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais:
 - a) As freguesias;
 - b) As empresas e fundações municipais ou nas quais o Município detenha influência dominante nos termos legais;
 - c) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e as instituições particulares de solidariedade social;
 - d) As pessoas coletivas religiosas;
 - e) As associações desportivas legalmente constituídas;
 - f) Os consulados, partidos políticos e associações sindicais;
 - g) As associações ou fundações culturais, científicas, sociais, religiosas ou recreativas legalmente constituídas.

Ainda na mesma informação, a DMUOP informa que relativamente à isenção do pagamento das taxas pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas - Taxa Municipal de Urbanização, conforme o





previsto no n.º 1, do artigo H-2/5.º, do capítulo I, do Código Regulamentar do Município de Braga, "Estão isentas de pagamento de taxa municipal de urbanização:

- a) As operações urbanísticas cuja execução tenha sido objeto de acordo celebrado entre o Município e os particulares e desde que tal isenção fique estabelecida no respetivo contrato;
- b) Por deliberação da Câmara, ou despacho do seu Presidente, as habitações de carácter unifamiliar, com área bruta de construção inferior a 240m², pertencentes a famílias de fracos recursos, mediante demonstração da sua insuficiência económica devidamente comprovada através de inquérito socioeconómico;
- c) Os empreendimentos a que, por deliberação da Câmara Municipal, venha a ser reconhecido interesse ou relevância económica ou social para o Município, bem como, mediante deliberação do mesmo órgão, os empreendimentos da iniciativa de pessoas ou entidades, devidamente legalizadas, que prossigam, na área deste Município, fins de carácter cultural, social, religioso, desportivo ou recreativo;
- d) As operações de loteamento e as construções inseridas em prédios vendidos ou doados pelo Município de Braga."

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação *MyDoc Win* e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, só assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

A. S. de Sousa

19/12/12

[Handwritten signature]

IVF:

Pelos elementos que observamos, trata-se de um pedido de isenção de TDU apresentado pela Associação Social e Cultural de Boaforte, bem como de outras taxas. Relativamente a esta, encontramos na posição no alínea g) do n.º 1 do artigo H-1/16.º do CENB, enquanto que no respeitante à TDU o seguimento está comprometido no artigo H-2/5.º, n.º 1, do mesmo CENB, que aqui se deva ser repetido.

À medida do h. Presidente para, cumprando, submeter à decisão do J.º de

Executivo.

Utilizador: Joana Barroso

2019/12/12

[Handwritten signature]

Nº Informação: 35110

Data: 14/11/2019

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do Processo nº 534/2017 – União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe, com o número de identificação fiscal 510 839 118 - taxas de Licença para realização da obra de construção de uma casa mortuária, na Rua de Francisco Porto Maia, no valor de 330,84€ (trezentos e trinta euros e oitenta e quatro cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP, de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

- a) Emissão de alvará de licença: 98,65€
- b) Prazo da licença (6 meses): 89,70€
- c) Áreas brutas totais da casa mortuária e instalações de apoio: 142,49€

TOTAL = 330,84€

Consultada a conta corrente do requerente, verifica-se que não existe qualquer valor em dívida, conforme documento anexo.

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através da Informação n.º 31194, datada de 11 de outubro de 2019.

O artigo H-1/16º refere:

1. Podem beneficiar de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas municipais:
 - a) As freguesias;
 - b) As empresas e fundações municipais ou nas quais o Município detenha influência dominante nos termos legais;
 - c) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e as instituições particulares de solidariedade social;
 - d) As pessoas coletivas religiosas;
 - e) As associações desportivas legalmente constituídas;
 - f) Os consulados, partidos políticos e associações sindicais;
 - g) As associações ou fundações culturais, científicas, sociais, religiosas ou recreativas legalmente constituídas.

A isenção pode ser fundamentada pela alínea b) do artigo H-1/19º que refere: "As isenções e reduções previstas no presente Título visam: b) Facilitar a concretização das competências, fins ou finalidades estatutárias das entidades abrangidas;".

man'auê

JMB



O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À consideração superior,

A Divisão Financeira.

Joana Barroso

A consideração superior
Devidamente.

Visto. À ordem do h. Presidente da Câmara
para, concordando, submeter à decisão do
Órgão Executivo.

2019/4/26

A ~ do Excmo.

19.11.27

Utilizador: Joana Barroso



BRAGA

DMGAP - Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva

Informação - 2565

Assunto: Análise Isenções de taxas relativas a operações urbanísticas de reconstrução e ampliação

Processo n.º 401/URB/PROC/15 MCSR Construções, Lda.

Com.º.
À Dir. Municipal de
os devidos efeitos.

1901-24

1 - No processo supra identificado foi solicitado parecer jurídico, pelo Sr. Diretor da DMGAP, no sentido de esclarecer se *"A isenção a que se refere o artigo H-1/17º do CRMB é uma isenção fiscal objetiva (que abstrai da qualidade do requerente) ou subjetiva (que é atribuída em função da qualidade do requerente)..."*

Analizados os elementos disponíveis, verifica-se que a questão levantada se prende com a isenção ou aplicação de taxas por obras de reconstrução e ampliação de edifícios no centro histórico, promovidas por empresa de construção.

2 - Para enquadrar a questão, cumpre, antes de mais, invocar a mudança de paradigma instituída com as alterações legislativas e regulamentares determinadas pelo **Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRE)**, DL n.º 307/2009, de 23 de outubro, que consagrou um conjunto de reformas nos procedimentos administrativos, que visou a agilização, flexibilização e simplificação das operações urbanísticas em áreas de reabilitação urbana, tal como de edifícios ou frações, mesmo estando fora de áreas de reabilitação urbana, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos e em que se justifique essa intervenção.

Com efeito, ao sublinhar a importância da reabilitação urbana como fator de desenvolvimento das cidades e da economia no país, estabeleceu-se um regime para a "proteção do existente", que permitiu dispensar as obras de reabilitação urbana da sujeição a determinadas normas técnicas aplicáveis à construção em geral.

No seguimento dessa política de salvaguarda, foi também publicado o **Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de Abril (RERU)**, que instituiu um Regime Excecional e temporário de reabilitação de edifícios, abrangendo as obras de conservação, de alteração, de reconstrução

e de construção e ampliação, quando estas últimas sejam condicionadas por certas características pré-existentes, juntamente com as alterações de utilização. O RERU visou, em complemento das medidas consagradas no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, dispensar as obras de reabilitação urbana da sujeição a determinadas normas técnicas aplicáveis à construção, quando as mesmas, por terem sido orientadas para a construção nova e não para a reabilitação de edifícios existentes, possam constituir um entrave à dinamização da reabilitação urbana.

Como instrumento adicional de estímulo às operações de requalificação urbana, incentivando os particulares a uma intervenção mais ativa no processo e ao estabelecimento de parcerias com as entidades públicas, consagrou-se um conjunto de **benefícios fiscais**.

O **Estatuto dos Benefícios Fiscais** instituiu, na verdade, um conjunto de incentivos específicos em matéria de reabilitação urbana, para prédios urbanos objeto de ações de reabilitação localizados em ARU, em matéria de IMI, IRS, mais-valias, rendimentos prediais e IVA.

3 - Ora, neste contexto legislativo, o Município de Braga, foi adaptando os seus regulamentos e **adotou, também, medidas de incentivo à revitalização e reabilitação de edifícios, nomeadamente, no centro histórico** - vide Artigo B-3/4.º, do Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB).

Assim, dispõe o **artigo B-3/4.º**: *"Tendo em vista incentivar e estimular a salvaguarda e revitalização do Centro Histórico, nomeadamente, através da realização de operações urbanísticas que promovam a reabilitação do edificado em cumprimento com a natureza e a especificidade das normativas urbanísticas do presente Título, institui-se a possibilidade de:*

- a) Conceder a isenção de pagamento de taxas municipais **nas condições estipuladas no Artigo H-1/17.º**;*
- b) Disponibilização de acompanhamento técnico a requerentes e técnicos, em sede de elaboração dos respetivos projetos;*



- c) *Concessão de apoio técnico, ao nível da elaboração de projetos de arquitetura, a cidadãos que comprovem carência socioeconómica, a Juntas de freguesia e a Instituições sem fins lucrativos.” (sublinhado nosso)*

Relativamente às **isenções e reduções de taxas**, aplica-se a Secção III, do Título I, da Parte H, do CRMB, dos artigos H-1/15.º a H-1/21.º.

No tocante às **isenções**, o CRMB estabelece a possibilidade de isenções subjetivas, em função da pessoa ou entidade que as requer- **artigo H-1/16.º**, bem como isenções relativas a operações urbanísticas no centro histórico – **artigo H-1/17.º**.

A competência para a concessão de isenções ou reduções é da Câmara Municipal, devendo, posteriormente, dar-se conhecimento das isenções e reduções concedidas, à Assembleia Municipal. (cfr. artigo H-1/18.º)

Importa, também, destacar o disposto no artigo H-1/19.º (fundamentação das isenções e reduções).

Conforme resulta do **artigo B-3/4.º** supra transcrito, as operações urbanísticas que promovam a reabilitação do edificado em cumprimento com a natureza e a especificidade das normas urbanísticas do Título B-3, poderão ser isentas de taxas, nos termos do definido no artigo H-1/17.º.

Por seu turno, dispõe o **artigo H-1/17.º**:

“1 – No âmbito dos incentivos previstos no Artigo B-3/4.º, o Município de Braga institui o programa de isenção de pagamento de taxas municipais, nas condições e preceitos a seguir enunciados:

- i. *Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;*

- ii. *Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;*
- iii. *Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.*

2 - *A isenção de pagamento de taxas só poderá ser concedida uma vez cumpridas todas as formalidades legais e regulamentares, indispensáveis à aprovação da operação urbanística inerente, e na condição de, relativamente à operação urbanística em análise, não se ter verificado, em nenhum momento, o desrespeito pelo disposto no Título B-3 ou pela legislação aplicável e em vigor.*

4 - Enquadrada a questão, afigura-se-nos que à situação em apreço, se aplica o disposto no artigo H-1/17.º, cujo fundamento é, precisamente, tal como resulta da leitura conjugada da norma com o artigo B-3/4.º, o incentivo às operações urbanísticas aí elencadas, designadamente, às operações de reabilitação. É essa a razão de ser da norma: o incentivo e o incremento das operações de reabilitação e reconstrução nos edifícios do centro histórico.

Esta norma especial, não contendendo nem contrariando o disposto no artigo H-1/19.º, norma geral e programática, de fundamentação geral, para os pedidos de isenção e redução, estabelece, no entanto, uma fundamentação específica e particular, a verificar, no caso concreto, para as situações que elenca.

Face ao exposto, parece-nos irrelevante a questão de saber quem (sujeito) requer a isenção e quais as condições económicas do requerente, **uma vez que a isenção se aplica (ou poderá ser aplicável, desde que reunidos os pressupostos constantes do art. H-1/17.º) à operação urbanística, objetivamente considerada.**



BRAGA

DMGAP - Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva

Assim, em jeito de conclusão, afigura-se-nos claro que a isenção a que se refere o artigo H-1/17º do CRMB é uma isenção fiscal objetiva (que abstrai da qualidade do requerente), porque atribuída em função da concretização de determinada operação urbanística que se pretende incentivar, no âmbito do que vem sido sustentado nos diplomas legais supra analisados.

Este é s.m.o., o nosso parecer.

A Jurista,

Ana Bernardino
22/01/2019.

DMGAP

Concordo com a
interpretação de M. Ana Bernardino.
Remeter à M. Olga Pereira.
Como esta interpretação merece a
concordância do M. Presidente, será
de adotar este entendimento n.º
e em todos os casos análogos.
Após despacho, remeter à Direção
Financeira.
Cópia à DMUOP.

23/01/2019 *ly*